

CLIPP

Christiani Lehmanni inedita, publicanda, publicata

titulus

Gramática funcional

huius textus situs retis mundialis

http://www.christianlehmann.eu/publ/gramatica_funcional.pdf

dies manuscripti postremum modificati

15.06.2011

occasio orationis habitae

I Simpósio Internacional de Linguística Funcional,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 25 -27 de maio
de 2011

volumen publicationem continens

Peres de Oliveira, Taísa & Rosa Francisco de Souza, Edson
(eds.), *Funcionalismo: princípios, metas e métodos. Atas do I
Simpósio Internacional de Linguística Funcional. (Revista
Guavira Letras, Três Lagoas)*

annus publicationis

2011

paginae

ignotae

Gramática funcional

Christian Lehmann

Universidade de Erfurt

Abstract

Although there is a well-known model of linguistic description by the name of the title of this article (Functional Grammar), the title actually refers to a grammaticographic concept in a wider sense which is essentially independent of particular models of description. Given the complementary approaches to linguistic analysis and description, viz. the onomasiological alias functional and the semasiological alias structural approach, 95% of the grammars published to this day are structural grammars. This is true both of the purely structural grammars in the tradition of American structuralism, including Generative Grammar (to the extent it has produced grammatical descriptions), and of grammars that do include the meaning and function of the constructions described. The far majority of these grammars start from the structures of linguistic expressions, analyze these and thus arrive at their meaning or function. That is the semasiological approach. An onomasiological (or functional) grammar starts from the concepts, operations and functions underlying language and seeks the strategies and constructions which in the particular language code and fulfill them. That is the approach taken by the other 5%.

This imbalance is unfortunate, because users consult a grammar both in their capacity as speakers and as hearers; but only a functional grammar corresponds to the point of view of the speaker. It is therefore important that more linguistic descriptions take this approach. One of the reasons why it is so seldom taken is that there is an inveterate tradition in (both philologically and structurally oriented) linguistics to the effect that a scientific basis for a functional approach does not exist. The lecture will falsify this assumption. There is, by now, both a sound theoretical basis for a functional grammar and a large set of specific functional domains which are known in sufficient detail to base an onomasiological description on. This will be illustrated from the functional domain of nexion (whose structural counterpart is complex sentence formation). Particular attention is paid to the complementary relationship between functional and structural grammar.

1 Introdução¹

O propósito desta contribuição é

- descrever a abordagem funcional na gramaticografia
- descrever como se compõe uma gramática funcional
- e justificar a necessidade dela frente à gramática estrutural.

Trata-se, pois, de uma questão de gramaticografia e, num sentido mais amplo, de metodologia linguística. O foco da discussão não é, portanto, constituído por novos dados ou novas generalizações empíricas. Ao contrário, vamos utilizar exemplos familiares cuja análise não impõe qualquer problema para que possamos concentrar-nos na maneira de apresentá-los com base na gramática funcional.

2 Onomasiologia e semasiologia

A língua associa operações e conceitos cognitivos e comunicativos com expressões perceptíveis. Existe variação nessa associação em todos os níveis, dentro de uma língua particular, mas também no nível interlingual, tanto na gramática como no léxico. Em termos mais formais, o pareamento (*mapping*, em inglês) de expressão com conteúdo não constitui uma relação biunívoca e sim uma relação $n : n$. Portanto, uma gramática terá uma estrutura diferente dependendo de se toma a estrutura da expressão como princípio de organização e leva de uma expressão ao conjunto de conceitos e funções gramaticais, ou ao contrário usa o mundo das operações e conceitos cognitivos e comunicativos como princípio de organização e atribui, a cada elemento ou operação, um conjunto de expressões disponíveis na língua.

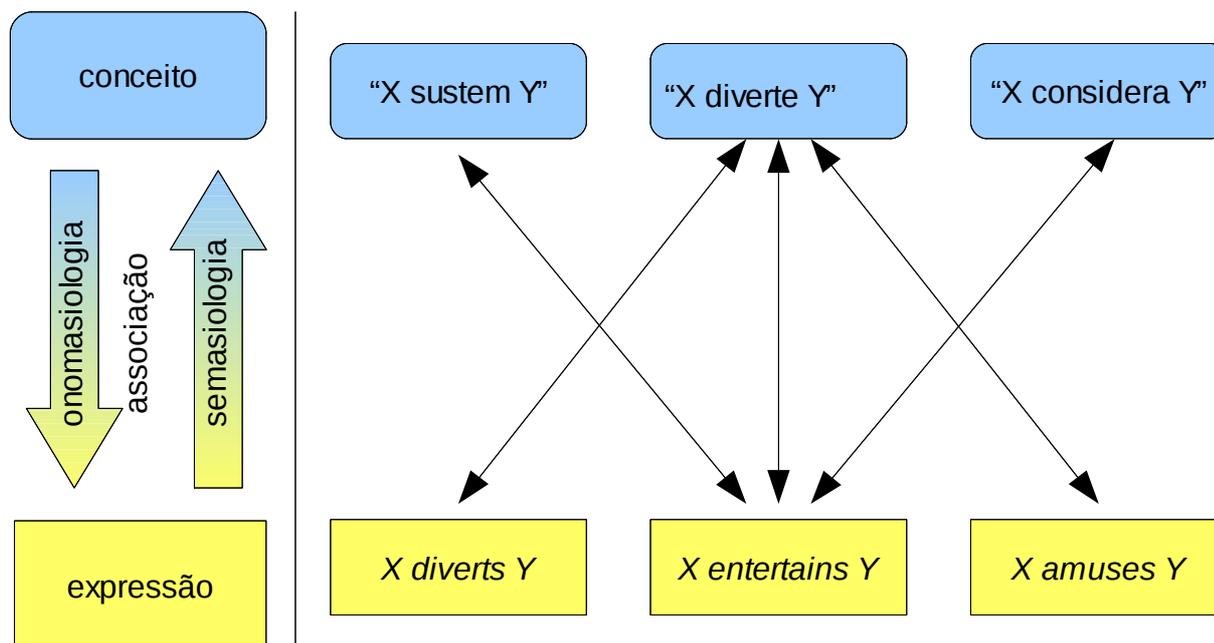
Embora o objeto da discussão seja a gramática funcional, terei que falar muito da gramática estrutural também. Isto é uma consequência natural do fato de as gramáticas funcional e estrutural serem complementares e se definirem uma por delimitação em relação à outra.

2.1 As duas perspectivas no léxico

Os termos ‘onomasiologia’ e ‘semasiologia’ foram introduzidos na lexicologia no século 19 e são tradicionais. Voltarei à questão dos termos mais adiante. Um estudo lexicológico que toma uma expressão – no caso típico, uma palavra – de uma língua como ponto de partida e analisa os seus sentidos é um estudo semasiológico. Por outro lado, um estudo que toma um conceito como ponto de partida e pergunta como esse se exprime na língua em questão é um estudo onomasiológico. O diagrama D1 apresenta as duas direções da associação de expressões com conceitos, utilizando como exemplo o verbo inglês *entertain*.

¹ Agradeço aos assistentes do SILF as sugestões para melhorar este texto e a Marcos Wiedemer (UNESP) por ter corrigido as minhas falhas de português.

D1. Onomasiologia e semasiologia no léxico



Partindo-se dos conceitos, ou seja, em uma perspectiva onomasiológica, D1 apresenta as possibilidades de exprimir a situação de ‘X diverte Y’. Para tanto, o inglês promove, entre outros, os verbos *divert*, *entertain* e *amuse*.

Partindo-se das expressões, ou seja, em uma perspectiva semasiológica, o diagrama responde à questão do quê significa a expressão verbal *X entertains Y*. Os significados possíveis são, entre outros os três apresentados em D1 e ilustrados pelos exemplos E1:²

- E1. a. Linda has to entertain her destitute brother.
 b. Linda entertained the whole party.
 c. Linda entertains strange hypotheses on Portuguese grammar.

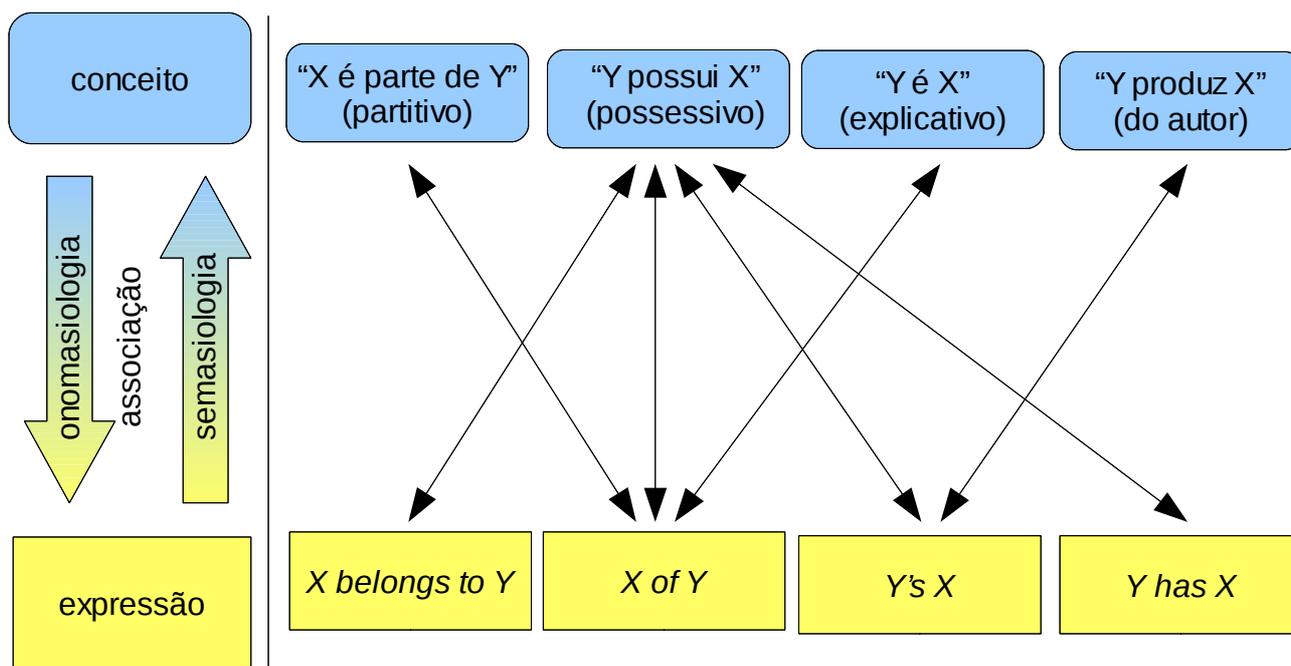
Assim, o léxico semasiológico dá conta da polissemia de um lexema, mostrando como este, dependendo do contexto, apresenta sentidos diferentes. Por outro lado, o léxico onomasiológico dá conta da sinonímia entre todas as expressões que correspondem a um conceito dado, mostrando como este toma formas diferentes dependendo de condições contextuais.

² O sentido ‘X sustém Y’, ilustrado em E1.a, exprimir-se-ia mais comumente por *maintain*.

2.2 As duas perspectivas na gramática

D2 apresenta as duas direções de associação de expressão e conteúdo com base no exemplo do genitivo inglês.

D2. *Onomasiologia e semasiologia na gramática*



Na perspectiva onomasiológica, estamos considerando uma relação possessiva entre um objeto possuído **X** e um possuidor **Y**, e estamos buscando as estratégias da gramática inglesa para codificar tal relação. Tais estratégias são, entre outras, as quatro construções esquematizadas na linha de base de D2, ilustradas pelos exemplos E2:

- E2.
- a. The pen belongs to the teacher.
 - b. the pen of the teacher
 - c. the teacher's pen
 - d. the teacher has a pen

Na perspectiva semasiológica, a questão são os sentidos ou as funções da construção inglesa [X_{Nom} [of Y_{NP}]]. Essas incluem, entre outras, as quatro relações conceptuais representadas na parte superior de D2 (com indicação das funções do genitivo tradicionalmente reconhecidas) e ilustradas, por ordem, pelos exemplos E3:³

³ Entende-se que E3.b é muito menos idiomático do que E3.c.

- E3. a. the top of the pen
 b. the pen of the teacher
 c. the process of grammaticalization
 d. the teacher's publications

O exemplo complica-se um pouco pelo fato de que o inglês possui dois genitivos.

2.3 O papel das duas perspectivas na linguística

Como se vê, faz uma sensível diferença metodológica tomar um conceito ou uma função como ponto de partida e investigar os recursos estruturais que os codificam na língua, ou, ao contrário, partir de uma expressão e da sua estrutura e investigar os seus significados ou funções. A primeira perspectiva é a onomasiológica, a segunda a semasiológica.

As duas perspectivas metodológicas têm relação às duas atividades linguísticas, a produção e o entendimento da fala. De um ponto de vista sistemático, o locutor segue o procedimento onomasiológico, já que começa com o que quer dizer, ou seja, os conceitos e as operações cognitivos e comunicativos, e busca os meios de codificá-los na língua. O ouvinte, ao contrário, segue o caminho semasiológico, porque o que lhe é dado é um texto, portanto expressões, e a tarefa dele é de procurar-lhes os sentidos.

Na base da onomasiologia, está uma sistemática semântica, ou seja, um sistema de conceitos, relações conceituais e operações cognitivas e comunicativas. A estrutura genérica dessa sistemática é universal e, em parte, até extralinguística, ainda que em níveis mais finos de granularidade se ramifique nos significados e categorias gramaticais próprias de cada língua. Do mesmo modo, na base da semasiologia, está uma sistemática estrutural, ou seja, um sistema de unidades, relações e processos do meio expressivo; e essa também é parcialmente universal e até extralinguística.

A distinção entre um dicionário semasiológico e um onomasiológico está firmemente estabelecida na lexicografia. Todos nós temos dois volumes do nosso dicionário de inglês. Quando escrevemos, tomamos o ponto de vista onomasiológico e nos servimos do volume português-inglês, enquanto ao ler um texto, assumimos o ponto de vista semasiológico e utilizamos o volume inglês-português. O volume português-inglês é um dicionário onomasiológico do inglês, porque os lemas portugueses não nos interessam como unidades do sistema português, mas os utilizamos somente como representantes dos conceitos que queremos exprimir em inglês. O volume inglês-português é um dicionário semasiológico do inglês, porque o que nos interessa nas definições prestadas não são as expressões e sim, exclusivamente, o significado que representam. Em todo o caso, para um léxico de uma língua estrangeira, a organização em dois volumes nos parece totalmente natural e até necessária.

Como é bem sabido, existem também dicionários monolíngues onomasiológicos e semasiológicos. O renomado *Thesaurus* de Roget (1852) foi um dos primeiros dicionários onomasiológicos já feitos. No Brasil, o dicionário analógico de Azevedo (1974) é bastante difundido. Nesse tipo de dicionário, os verbetes estão ordenados em campos semânticos. Por outro lado, um dicionário semasiológico deveria ser ordenado conforme uma sistemática estrutural, quer dizer, segundo critérios morfológicos e fonológicos. Ainda que existem tais dicionários, eles não são comuns. A maioria

dos consulentes acha mais útil um dicionário semasiológico cujas entradas estão ordenadas alfabeticamente.

3 Gramática onomasiológica e semasiológica

Com a exceção de linguistas que elaboram teorias abstratas, aqueles linguistas que descrevem línguas concordam em que o sistema significativo de uma língua tem duas seções, o léxico e a gramática. Como se observa através da comparação dos diagramas D1 e D2, a gramática não se distingue do léxico por que as suas unidades não tenham significado e sim por que possuem um significado mais abstrato. Portanto, a alternativa de se adotar uma abordagem onomasiológica ou semasiológica faz sentido na gramática exatamente como no léxico. Contudo, aqui encontramos uma diferença enorme entre as tradições lexicográfica e gramaticográfica: enquanto ambos os dicionários onomasiológico e semasiológico estão bem estabelecidos tanto na metodologia da disciplina quanto no mercado editorial, a distinção correspondente na gramaticografia é ou bem desconhecida ou não considerada relevante. Aqui vale a pena uma pequena retrospectiva.

As primeiras gramáticas do mundo ocidental, as gramáticas gregas de Dionísio da Trácia e Apolônio Díscolo, e as gramáticas latinas de Élio Donato e Prisciano, seguem essencialmente um modelo semasiológico. Embora os conceitos gramaticais com que operam sejam compostos de critérios semânticos e estruturais, a organização global dessas gramáticas é puramente estrutural. Essa estruturação das gramáticas das línguas clássicas pode ser entendida perfeitamente como uma consequência dos objetivos que levaram os usuários a consultá-las: Essas obras estavam destinadas a pessoas que falavam uma variedade da koiné ou do proto-românico e cuja tarefa era a de entender os textos clássicos, médio milênio mais antigos. Só uma ínfima minoria tinha o propósito de escrever em grego ou latim clássico; e ninguém tinha o propósito de falar essas línguas.

Essa perspectiva mudou na Idade Média. Agora todos os vernáculos diferiam tanto das línguas clássicas que já ninguém se enganava acreditando que a sua língua materna fosse o latim clássico. Por outro lado, havia, sobretudo na administração e jurisdição, nos mosteiros e nas universidades, um crescente número de pessoas que deviam escrever e até falar em latim, já que essa era, no mundo ocidental, a única língua em que se escrevia e que era utilizada na comunicação intercultural. Portanto, não é nenhuma coincidência o fato de os modistas, aqueles escolásticos que se ocupavam da teoria gramatical, terem criado uma teoria onomasiológica da gramática latina. É interessante observar que Tomás de Erfurt, em certo sentido o aperfeiçoador dessa corrente linguística, critica por repetidas vezes os gramáticos antigos pelos seus conceitos estruturais, insistindo que conceitos gramaticais devem ter uma base puramente semântica.

Aqui se encerra a torrente de gramáticas que são consistentes quanto à alternativa entre abordagem semasiológica e onomasiológica. As gramáticas das línguas europeias escritas desde o início da modernidade, bem como as gramáticas das línguas faladas nas colônias, compostas tipicamente por missionários, mesclam os dois modelos. A típica gramática tradicional está subdividida em morfologia e sintaxe. A morfologia trata dos paradigmas de flexão, a sintaxe das construções de dependência e do significado das formas morfológicas. Até aqui, tudo conforme com o modelo semasiológico. Depois, e na medida em que uma gramática é completa, de repente muda-se a perspectiva, e encontramos capítulos sobre interrogação, negação, advérbios locais e temporais e orações causais e concessivas, todos esses assuntos claramente semânticos. Isso significa que essas gramáticas confundem de maneira incontrolada as abordagens semasiológica e onomasiológica.

Esse tipo de gramática se encontra até hoje em dia. O que é particularmente desconcertante é o fato de que, naquela corrente gramaticográfica que se dedica às línguas minoritárias e que se chama tipológica, é bem aceita a afirmação (que tipicamente figura na introdução do livro) de que já que não parece útil aderir a um modelo formal de descrição, o autor oferece uma gramática de índole tradicional – e com isso quer dizer, uma gramática que não obedece a nenhum sistema consistente.

O primeiro que reparou nesse estado de coisas foi o linguista alemão Georg von der Gabelentz. Na sua introdução à linguística (1891), postulou uma gramática bipartida. O primeiro sistema, chamado gramática analítica pelo autor, deve tomar o ponto de vista do ouvinte ou leitor e explicar as construções, enquanto o outro sistema, chamado gramática sintética, deve tomar o ponto de vista do falante ou escritor e descrever os recursos expressivos que a língua lhe coloca à disposição. Na sua gramática chinesa, o autor levou essa metodologia a cabo, comprovando com isso que uma gramática bipartida conforme esse esquema é viável e útil. Tal ideia foi resumida pelo linguista dinamarquês Otto Jespersen, porém depois não resultou muito frutífera.

Como é bem sabido, o estruturalismo americano declarou a necessidade de uma gramática puramente estrutural. Muitas das gramáticas produzidas sob tal orientação, com exemplar clareza as gramáticas tagmêmicas publicadas na década de 1960, não somente observam uma sistemática puramente estrutural, mas também se negam – perfeitamente obedientes à doutrina bloomfieldiana – a dar informação semântica alguma. Com isto passam da medida, simultaneamente, em dois aspectos: o primeiro, porque uma gramática exclusivamente semasiológica não serve ao falante ou escritor e é, portanto, incompleta; e o segundo, porque uma gramática semasiológica não pode, de maneira alguma, ser “assemântica”. Muito pelo contrário, a semasiologia, no entendimento dos linguistas do final do século 19 e da primeira parte do século 20, é quase o mesmo que a semântica linguística, vale dizer, uma semântica que, em vez de pressupor uma lógica de conceitos que busca na língua, parte das expressões e as explica.

A ideia de que uma gramática deve ser puramente estrutural foi, como sabemos, levada ao extremo pelo modelo da gramática gerativa, o qual, porém, não produziu descrição linguística completa de quase nenhuma língua. A partir dos anos 1970, surge uma corrente de linguística funcional que se incumbem da produção de gramáticas de línguas minoritárias. Ainda que a maioria das gramáticas então produzidas se identificasse com as gramáticas ditas “tradicionais” já mencionadas, podem-se citar ao menos algumas gramáticas onomasiológicas. O Summer Institute of Linguistics iniciou a produção, nos anos 1970, de uma série de gramáticas que deixaram de lado o modelo tagmêmico e se denominaram ‘discourse grammar’ (testemunho a homenagem Abraham et al. 1995), o nome utilizado então em lugar de ‘functional grammar’.

Resumindo, então: Tanto uma gramática puramente estrutural como uma gramática puramente funcional são parciais e devem complementar-se mutuamente. Uma gramática em duas partes (como Lehmann 208ff) é necessária tanto por razões teóricas como por razões práticas. As razões teóricas dizem respeito ao sistema que subjaz à organização da gramática em capítulos e seções. Uma gramática deve tratar junto (numa mesma seção) o que é parecido na língua. Porém, temos que optar por tratar junto ou bem o que é parecido semanticamente ou bem o que é parecido formalmente. Isso nos força a descrever a língua com base em dois sistemas independentes. As razões práticas concernem ao usuário. Uma gramática funcional é inútil para o ouvinte e leitor, bem como uma gramática estrutural é inútil para o falante e leitor. Esta última experiência tem sido vivenciada por todos os tipólogos que têm tentado explorar gramáticas estruturais na sua pesquisa

comparativa: visto que uma questão de tipologia gramatical opera forçosamente com um denominador comum de natureza funcional, para tal fim só serve uma gramática que ofereça esse ponto de vista. Boa parte das gramáticas publicadas na época do estruturalismo resultam, assim, inúteis até para os profissionais, para não mencionar os leigos.

Os termos ‘gramática onomasiológica’ e ‘semasiológica’ são altamente enrolados, fáceis de confundir e pouco espalhados na disciplina. Já utilizei os termos alternativos, ‘gramática funcional’ e ‘estrutural’, muito melhor estabelecidos na linguística contemporânea. Porém, temos que evitar dois mal-entendidos. Primeiro, as gramáticas funcional e estrutural não se distinguem por tratarem uma das funções e a outra das estruturas da língua. Ao contrário, ambas tratam de ambos os aspetos. A diferença é que a gramática estrutural desenvolve uma sistemática estrutural e fornece as funções das construções, enquanto a gramática funcional desenvolve uma sistemática funcional e converte as operações e conceitos cognitivos e comunicativos em expressões com as suas estruturas formais. Em segundo lugar, observamos, na linguística do meio século passado, uma oposição totalmente estéril entre funcionalismo e formalismo. Um linguísta que pretende descrever a gramática prestando atenção exclusiva às estruturas sem preocupar-se jamais com as funções preenchidas por essas é simplesmente um mau linguista; e um linguista que pretende pesquisar as funções da língua sem basear as suas teorias funcionais numa análise das estruturas é igualmente um mau linguista. Portanto, se esta contribuição leva o título de ‘gramática funcional’, nenhuma prioridade dessa abordagem está implicada. Qualquer gramática completa é tanto estrutural como funcional.

4 A gramática funcional

Enquanto as gramáticas que são ou se dizem estruturais não fazem falta, há pouquíssimas gramáticas funcionais. Porém, algumas variedades da linguística funcional têm produzido modelos de gramática funcional que se podem aplicar na descrição. Faço referência, em particular, aos domínios funcionais preconizados, entre outros, por Talmy Givón (1993) e Hansjakob Seiler (2000). A ideia que subjaz a esse conceito é a seguinte: O total dos significados gramaticais transportados pelos formativos e as construções gramaticais das línguas do mundo se deixa organizar num conjunto não demasiado grande de domínios que têm certa coerência funcional. Esses são subordinados às duas funções mais gerais da linguagem humana, a cognição e comunicação. O conjunto enumerado em D3 parece satisfazer às línguas conhecidas até hoje.

D3. Domínios funcionais da linguagem

domínio funcional	subdomínios importantes
apreensão e nomação	sistemas de categorização, tipos de conceitos, individuação de objetos
modificação de conceito	atribuição, aposição
referência	determinação (incl. dêixis), fora
possessão	possessão na referência, predicação possessiva, posseção e participação
construção do espaço	pontos de referência, relações locais, regiões espaciais, propriedades espaciais e figurais de objetos
quantificação	quantificação na referência / na predicação
predicação	apresentação, existência/estado, caracterização
participação	controle e afeto, papéis de participante centrais e periféricos

orientação temporal	tipos de situação, aspectualidade, caracteres verbais e modos de ação; tempo absoluto, relação temporal
contraste, comparação, graduação	negação, comparação, graduação, intensificação
nexo	reprodução de fala, orações de conteúdo, relações interproposicionais
estrutura informacional	dinamismo comunicativo, estrutura do discurso
ilocução e modalidade	afirmação, pergunta, exclamação, pedido e comando, exortação, obrigação, volição, possibilidade, evidencialidade, modalização

Ao julgar a utilidade desse quadro, é necessário levar em mente que a associação de funções e estruturas nas línguas é múltipla. Portanto, uma estratégia estrutural de uma língua não se deixa necessariamente subsumir exaustivamente sob um dos domínios. Muito pelo contrário, o caso normal será que uma estratégia sirva em mais de um domínio, preenchendo várias funções simultaneamente ou alternativamente. Isto não é um ponto fraco do modelo, mas ao contrário, está previsto nele.

Eis um exemplo que ilustra a questão: Uma análise semasiológica do português vai diagnosticar a construção [[X]_{Nom} de [Y]_{SN}], como em *casa do João*, e vai reconhecê-la também em expressões como *mãe do João*, *braço da estátua*, *ocupação do Iraque* e muitas outras. Ora, a relação semântica que liga X e Y difere nesses exemplos: em *casa do João* a relação é de posse; em *mãe do João* é a relação de parentesco, em *braço da estátua* é a relação da parte ao inteiro, e em *ocupação do Iraque* é a relação do paciente à ação, chamada tradicionalmente genitivo objetivo. O domínio de posse exposto acima abrange algumas dessas construções, mas não todas. Exclui a construção de genitivo objetivo, porque a relação do paciente à ação não é uma relação possessiva. Essa construção leva uma relação paradigmática à construção transitiva do tipo (*alguém*) *ocupa o Iraque*, a qual não tem contrapartida nos outros exemplos. De um ponto de vista onomasiológico, esta última construção pertence ao domínio de participação. Portanto, as fronteiras entre os domínios funcionais – se realmente se trata de fronteiras – podem separar construções estruturalmente semelhantes.

Por outro lado, o domínio de posse abrange também as predicções possessivas, como em *o João tem uma casa*, *a casa é do João*. Essas não são construções nominais como as anteriores e sim verbais. Do ponto de vista estrutural, pertencem a outro capítulo da gramática. Do ponto de vista funcional, porém, cabe observar que a relação de posse que existe entre o João e a casa é exatamente a mesma nas expressões *casa do João*, *o João tem uma casa* e *a casa é do João*. Visto que o que constitui o domínio funcional da posse é a natureza da relação entre duas entidades, ele abrange todas essas construções. E mais uma vez, é verdade que existem relações paradigmáticas entre elas. Por exemplo, *a casa do João* transforma-se em *a casa que o João tem*. Assim, a gramática onomasiológica faz passar pela mesma feira construções que podem ter pouco a ver uma com a outra sob um ponto de vista estrutural, mas o faz com razão e controle metodológico.

Vários linguistas que se localizam na tradição estruturalista acham difícil aceitar uma descrição onomasiológica. E essa é, sem dúvida, a razão por que há muito mais gramáticas semasiológicas do que onomasiológicas. Essa desconfiança se explica provavelmente pelo fato de os critérios de uma análise onomasiológica serem menos óbvios. Porém, os critérios na análise gramatical são, em

geral, os mesmos que na análise lexical: da mesma forma que o léxico onomasiológico traz todos os lexemas semanticamente relacionados com um conceito base, e, sobretudo, todos os sinônimos, a gramática onomasiológica traz todas as construções semanticamente relacionadas que mantêm alguma relação paradigmática entre si. Assim, as transformações, como modo de formalizar as relações paradigmáticas no nível sintático adquirem um papel metodológico importante na gramática funcional, afastando o perigo de arbitrariedade.

O quadro D3 não pode ser justificado nos seus detalhes e aqui serve somente para mostrar o contexto no qual se enquadra o domínio de nexos, domínio esse a ser analisado um pouco mais a fundo.

5 Gramática do período composto

5.1 Pressupostos

O campo gramatical a ser brevemente analisado é delimitado pelos dois procedimentos metodológicos. Do ponto de vista estrutural, o objeto é a frase complexa, enquanto sob o ponto de vista funcional, é a proposição complexa. Uma frase complexa é uma frase que contém mais de uma forma verbal. Esta definição inclui, naturalmente, as construções que contêm mais de uma oração, mas exclui as formas verbais perifrásticas, já que cada uma delas é uma só forma verbal. Uma proposição complexa é aquela que abrange mais de uma proposição. Vista a associação múltipla entre estruturas e funções, esses dois conceitos não cobrem, naturalmente, o mesmo campo de fenômenos. Por exemplo, uma frase clivada como E4 é complexa sob o ponto de vista estrutural, mas não cabe no domínio funcional de nexos, já que não há nenhuma relação interproposicional entre as duas orações.

E4. É assim que se faz.

E por outro lado, a frase de E5 contém o sintagma nominal *fraco apoio*; mas semanticamente, grupos carnavalescos não lamentam um apoio e sim lamentam o fato de que o apoio seja fraco.

E5. Grupos carnavalescos lamentam fraco apoio prestado pelo empresariado
(http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2011/2/9 ...)

A esse sintagma nominal subjaz, pois, uma proposição. Disso, segue-se que nem tudo o que apresenta complexidade sintática pertence ao domínio de nexos, e igualmente, nem tudo o que exprime uma proposição complexa é uma frase complexa.

5.2 Frase complexa

Tendo em vista o propósito desta contribuição, não vamos aprofundar a abordagem semasiológica e nos limitaremos à estrutura geral da gramática da frase complexa. Os parâmetros que articulam esse capítulo da gramática são conceitos puramente estruturais. Os principais são os apresentados em D4:

D4. Gramática estrutural da frase complexa

- I. Relação entre orações
 - A. Hierarquia
 - i. Coordenação
 - ii. Subordinação
 - iii. Cosubordinação
 - B. Ordem sequencial
- II. Redução e expansão de orações
 - A. Redução da oração subordinada
 - i. Subordinada finita
 - ii. Subordinada infinita
 - B. Redução da oração principal
 - C. Redução na cosubordinação
- III. Fusão de orações
 - A. Redução de conjunção e formação de lacuna
 - B. Anáfora zero, formação de posição de argumento, controle
 - C. Entrelaçamento de orações
 - i. Alçamento
 - ii. Prolepse
- IV. Explicitação da ligação
 - A. Assíndese (justaposição)
 - B. Síndese (conexão)
 - i. Distribuição de conectivos
 - ii. Morfologia de conectivos

Esses parâmetros produzem uma classificação cruzada de forma a permitir uma descrição semasiológica fina das frases complexas.

5.3 Semasiologia da construção de movimento com propósito

A construção que nos vai servir de exemplo para ilustrar a abordagem dupla é a construção de movimento com propósito (*motion cum purpose*, em inglês), ilustrada em E6.⁴

E6. A Linda veio trabalhar conosco / na cidade.

Essa construção tem a estrutura mostrada em D5:

D5. Construção de movimento com propósito

[[A]_{v.intr} ([B]_{\$Adv}) [[C]_{v.inf} (D)]_{sv.inf}]_{sv}

⁴ Embora esta construção esteja firmemente estabelecida no sistema do português (como, aliás, no de muitas outras línguas), não parece estar igualmente firmemente estabelecida nas gramáticas dessa língua.

Explicando: A construção é um sintagma verbal (SV) complexo que contém o verbo principal (finito ou infinito) (A) e um SV dependente infinitival (SV.inf). Repare-se que não há nenhuma preposição que introduza esse SV. A é um verbo de movimento orientado.⁵ No caso mais simples, é um dos verbos *ir* e *vir*, como em E6 e E7:

E7. Após ser liberado fui para casa repousar
(www.recantodasletras.com.br/homenagens/2911611)

Outros verbos de movimento orientado encontram-se raramente na posição de A. Assim, o verbo *sair* aparece em frases como E8.

E8. quando chego da escola meio dia, ela já saiu trabalhar
(feelingsjust.tumblr.com/.../vou-contar-as-voces-uma-coisa-que-vi-hoje-quando-eu)

Mas ao se pesquisar, no Google, a incidência da colocação *saiu trabalhar*, observa-se que é encontrada ao mais 113 vezes (19/05/2011),⁶ enquanto a colocação *saiu para trabalhar* é encontrada 120.000 vezes. Do mesmo modo, o Google menciona 24 provas de *subiu cantar*, como em E9, mas 2.310 exemplos de *subiu para cantar*.

E9. nosso amigo Anderson Nogueira estava presente e subiu cantar 3 musicas com o loirinho
(www.youtube.com/user/danimosena)

Outros verbos de movimento orientado, como *entrar* e *baixar*, não são usados nessa construção.

B em D5 é um local que representa a meta do movimento. Deve ser simples, como em E7 e E10:

E10 O capelão que veio a casa dar-lhe a extrema unção ... conhecia-o ...
(ultramar.terraweb.biz/.../Imagens_CTIG_HumbertoDuarte_AHomenagem.htm)

C é um verbo transitivo ou intransitivo em infinitivo, que pode ser acompanhado dos seus dependentes D.

Conforme dito, A é um verbo intransitivo. O uso de verbos de transporte orientado, como *trazer* e *levar*, é muito mais restringido. Assim, no Google se encontram 68 exemplos de *levou trabalhar*, como em E11, mas 36.700 de *levou a trabalhar* e 11.900 de *levou para trabalhar*.

E11 Eu tinha 13 anos e meu padrasto me levou trabalhar como boy no Cartório de Notas
(<http://www.atibaianews.com.br/index2.php>)

As mesmas proporções valem para *trouxe trabalhar* como oposto a *trouxe para trabalhar*. Assim, pode-se dizer que a construção de movimento com propósito está firmemente estabelecida com os verbos básicos de movimento orientado, que são os verbos *ir* e *vir*. Alguns outros verbos de movimento orientado, como *entrar* e *sair*, *subir* e *baixar*, e os verbos básicos de transporte orientado, *levar* e *trazer*, aparecem nessa construção muito raras vezes e exclusivamente em variedades não-estândar. Por fim, cabe mencionar que a construção de movimento com propósito, com o verbo de movimento orientado mais básico, está na origem da gramaticalização do futuro perifrástico com *ir*.

A descrição semasiológica da construção D5 em termos do sistema D4 será, pois, a seguinte: Uma oração subordinada *q* segue a uma principal *p*. *Q* é uma oração infinita, reduzindo-se a um sintagma

⁵ Os verbos de movimento orientado são uma subclasse gramaticalmente relevante da classe lexical dos verbos de movimento, a qual abrange também verbos de movimento não-orientado como *vadear*.

⁶ No IBORUNA, encontra-se um único exemplo: *o outro sai passad(r) c'os filho e depois... o carro acaba gasolina ...*

infinitival. O verbo principal é um verbo intransitivo básico de movimento orientado, em segunda linha um verbo transitivo básico de transporte orientado. A posição de sujeito deixada livre pelo infinitivo está controlada pelo sujeito do verbo principal se esse é intransitivo, e pelo objeto direto dele se é transitivo. *Q* segue *p* assindeticamente. A construção significa que o referente do sujeito de *p* se move para participar, ou que transporta o referente do objeto direto para que esse participe, na situação designada por *q*. Esta última frase da descrição semasiológica faz referência à seção da gramática onomasiológica a que passamos agora.

5.4 Nexo

Passando agora à análise funcional dessa construção, encontramos-nos no domínio funcional de nexos. Os parâmetros que estruturam este capítulo da gramática são conceitos puramente funcionais, mais precisamente, cognitivos. Como a abordagem onomasiológica é uma passagem a meios de expressão, e essa não é um mapping direto e sim uma transição gradual, no seu percurso vão aparecendo categorias gramaticais específicas com a sua face estrutural. Começamos com a visão geral do domínio funcional de nexos, que aparece em D6.

D6. *Domínio funcional de nexos*

- I. Relações interproposicionais
 - A. Reprodução de discurso
 - i. Discurso direto
 - ii. Discurso indireto
 - B. Relações intrínsecas
 - i. Declarativa indireta: argumento de predicado fasal, modal, de comunicação, percepção, cognição, emoção, volição, manipulação
 - ii. Interrogativa indireta
 - iii. Jussiva indireta
 - C. Relações extrínsecas
 - i. Relação lógica
 - a) Coordenação lógica: conjunção, disjunção, explicação
 - b) Condição
 - ii. Relação concreta: local, temporal, modal, causal, final, concessiva, contrastiva, comparativa
- II. Interdependência de proposições
 - A. Interdependência de referência temporal e aspectualidade
 - B. Interdependência de referência de participantes
 - C. Estatuto informacional das proposições

Aqui não vamos poder explicar todos esses conceitos, e, em vez disso, seguiremos a hierarquia conceptual de cima para baixo para chegar à construção de movimento com propósito. Uma dependência semântica entre duas proposições pode ser constituída ou bem por uma relação interproposicional entre elas ou bem pelo fato de que certas propriedades de uma delas dependem de propriedades da outra. Isto nos dá a divisão principal do domínio de nexos. A interdependência

entre proposições gerada por compartilharem certos componentes não nos vai ocupar mais aqui. As relações interproposicionais são de três tipos. O primeiro consiste da relação metalinguística levada pela oração principal ao discurso citado. No resto, cabe distinguir entre relações interproposicionais intrínsecas e extrínsecas. O critério da distinção reside na questão de se a relação interproposicional é inerente a uma das proposições ou fica fora de ambas. No primeiro caso, uma das proposições é tipicamente um argumento do predicado da outra. Esse subdomínio trata, pois, de predicados de atitudes proposicionais. A relação de reprodução de discurso poderia parcialmente subsumir-se a esse conceito. No segundo caso, a relação entre as duas proposições é estabelecida por um relator que se acrescenta a uma ou ambas delas. Este relator pode ou não ser codificado em forma de conectivo ou conjunção.

As relações extrínsecas, por sua vez, são de dois tipos, lógicas e concretas. As relações lógicas não têm nenhum conteúdo semântico e antes dizem respeito ao estatuto das proposições como asseridas, pressupostas ou hipotéticas. As relações concretas são aquelas que envolvem os conceitos de espaço, tempo, causa, contraste etc. São estabelecidas por relatores interproposicionais. Um relator interproposicional é um operador bivalente assimétrico. Na sua vaga rectiva, toma uma das proposições como argumento, formando com esta um sintagma que modifica a outra proposição. Por exemplo, em ‘*p* porque *q*’, a conjunção ‘porque’ se combina com *q*, formando assim uma proposição causal que modifica *p*. Nisso, um relator proposicional funciona como um relator de caso.

Desse modo, um relator proposicional converte a proposição com que se combina num ponto de referência para a proposição modificada. A proposição de referência é subordinada, enquanto a outra é a proposição principal. Muitos relatores têm contrapartidas inversas de maneira que o falante pode escolher a qual das proposições atribuir o estatuto subordinado. Por exemplo, em vez de ‘*p* depois de que *q*’ podemos ter ‘*q* antes de que *p*’; e em vez de ‘*p* porque *q*’ podemos ter ‘*q* de modo que *p*’. A escolha depende de considerações de estrutura informacional, coesão textual e relevância/ênfase.

A assimetria entre as duas proposições numa relação interproposicional concreta pode refletir-se na estrutura sob forma de uma construção em que a proposição de referência é codificada por uma oração subordinada enquanto a proposição principal é codificada como oração principal. Para maior clareza, os conceitos de relações interproposicionais específicas definidas abaixo serão ilustrados por tais frases complexas assimétricas. Porém, cabe ter em mente que toda relação interproposicional pode também ser codificada por orações coordenadas. Os relatores interproposicionais coordenativos diferem semanticamente dos subordinativos por terem a sua vaga rectiva ocupada por uma referência dêitica ou anafórica à oração subordinada. Por exemplo, em vez de *p* porque *q* podemos ter *q*, portanto *p*. A conjunção coordenativa *portanto* contém o demonstrativo *tanto*, que ocupa a posição rectiva do relator interproposicional *por* e faz referência a *q*.

5.5 Onomasiologia da construção de movimento com propósito

Numa relação causal da forma ‘*p* causa *q*’, *p* é a causa ou a razão de *q*, e *q* a consequência ou o resultado de *p*. Em E12, a subordinada especifica a razão da principal.

E12 A Linda afogou-se porque não via nenhum futuro para a linguística.

O motivo de uma ação pode ser um propósito que o agente persegue, como aparece em E13.

E13 A Linda afogou-se porque queria que a lagoa transbordasse.

Neste subtipo de período causal, a oração principal é agentiva, quer dizer, tem a estrutura semântica ‘A faz P’, enquanto a subordinada tem a estrutura semântica ‘A quer q’. Ora, a configuração ‘[A faz P] é causado por [A quer q]’ subjaz à relação interproposicional chamada final. Algumas línguas têm conjunções subordinativas cujo significado compreende justamente o componente sublinhado dessa configuração, como é o caso do português *para*. Isto aparece comparando-se E13 com E14.

E14 A Linda afogou-se para que a lagoa transbordasse.

A relação paradigmática entre E13 e E14 pode descrever-se por uma transformação. Isso mostra que a relação final está baseada na relação causal combinada com o conceito de volição. Ora, dada uma relação ‘p causa q’, aquele que controla p também controla, mediatamente, q. É, portanto, uma configuração natural que p e q tenham o mesmo agente, como é o caso em E15.

E15 A Linda afogou-se porque queria chatear seu marido.

A relação final com sujeito idêntico é tão básica que é gramaticalizada em muitas línguas.⁷ A construção dedicada a essa configuração aproveita o fato de haver controle anafórico de sujeito através de orações. Em tal configuração, o predicado da subordinada pode ser um infinitivo, como em E16.

E16 A Linda afogou-se para chatear seu marido.

Mais uma vez, a relação paradigmática entre E15 e E16 é regular e, portanto, suscetível de uma descrição transformacional. Ora, numa situação em que A faz P para fazer Q, a ação P mais básica é um movimento de A. E vice-versa, vista a essencial inércia humana, se alguém se move, o faz com um propósito. Portanto, uma configuração frequente da relação interproposicional final é o movimento com propósito, como aparece em E17:

E17 A estrela subiu ao palco para cantar.

A construção de E17 é a mesma de E16. Em outras palavras, ainda que E17 exprima um movimento com propósito, não apresenta nenhuma construção particular que difira do infinitivo final visto em E16. Contudo, podemos restringir mais ainda as condições: o movimento do agente é um movimento genérico, quer dizer, não implica mais que a oposição básica de dêixis espacial, como em E6 e E7:

E6. A Linda veio trabalhar conosco / na cidade.

E7. Após ser liberado fui para casa repousar

Especificando assim cada vez mais as condições semânticas que valem para a relação final entre p e q, chegamos finalmente ao movimento com propósito propriamente dito. Este representa, portanto, uma combinação de proposições ‘q causa p’ tal que p é ‘A se desloca a uma meta’ e q é ‘A quer participar numa certa situação’. Tal combinação de proposições codifica-se pela construção de movimento com propósito, esquematizado em D5. Esta última frase da descrição funcional faz referência ao capítulo da gramática estrutural (5.3) que vimos antes.

⁷ V. Moura Neves 2011:888 para o português.

6 Conclusão

Quem compara os dois quadros D4 e D6, da gramática estrutural da frase complexa e do domínio funcional de nexos, se dá conta imediata de que os conceitos desta última abordagem são bem familiares da nossa gramática escolar e até das descrições linguísticas de línguas minoritárias, enquanto os conceitos da gramática estrutural faltam quase por completo nesse campo da gramática. Assim, o exemplo do período composto mostra com particular clareza quão inconsistentes são as nossas gramáticas tradicionais: embora sejam preponderantemente semasiológicas na sintaxe nominal e verbal, repentinamente mudam de perspectiva na gramática sentencial, assumindo uma abordagem onomasiológica.

Ao mesmo tempo, vemos que o preconceito estruturalista conforme o qual a base cognitiva e comunicativa da gramática onomasiológica não possa ter fundamento na linguística e só poderia ser algo de lógica carece de justificação. O método para constituir os domínios funcionais é a comparação tipológica. E a base metodológica para subsumir construções diferentes sob um domínio funcional são as relações paradigmáticas regulares que essas levam entre si.

Assim concluímos que uma gramática completa tem duas partes complementares, uma que parte das funções cognitivas e comunicativas e mostra como essas se preenchem na língua em questão por construções gramaticais, e outra que parte das expressões com a sua estrutura e mostra que significados têm e que funções preenchem.

Bibliografia

- Abraham, Werner & Givón, Talmy & Thompson, Sandra A. (eds.) 1995, *Discourse grammar and typology. Papers in honor of John W.M. Verhaar*. Amsterdam etc.: J. Benjamins (Studies in Language Companion Series, 27).
- Azevedo, Francisco Ferreira dos Santos, 1974, *Dicionário analógico da língua portuguesa: idéias afins*. Brasília: Coordenada.
- Danilenko, Valerij P. 1988, "The onomasiological approach in the history of grammar." *Voprosy jazykoznanija* 1988, 3:108-131.
- Gabelentz, Georg von der 1891, *Die Sprachwissenschaft. Ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. Leipzig: Weigel Nachf.
- Givón, Talmy 1993, *English grammar. A function-based introduction. 2 vols.* Amsterdam & Philadelphia: J. Benjamins.
- Givón, Talmy 1995, *Functionalism and grammar*. Amsterdam & Philadelphia: J. Benjamins.
- Lehmann, Christian 1989, "Language description and general comparative grammar". Graustein, Gottfried & Leitner, Gerhard (eds.), *Reference grammars and modern linguistic theory*. Tübingen: M. Niemeyer (Linguistische Arbeiten, 226); 133-162.
- Lehmann, Christian 1998, "Programme de description globale d'une langue (Language Description System)." *Lingua Posnaniensis* 40:103-124.
- Lehmann, Christian 2002, "Structure of a comprehensive presentation of a language. With particular reference to the interface between text, grammar and lexicon." Tsunoda, Tasaku (ed.), *Basic materials in minority languages 2002*. Osaka: Osaka Gakuin University (ELPR Publications Series B003); 5-33.
- Lehmann, Christian 2004, "Funktionale Grammatikographie." Prempfer, Waldfried (ed.), *Dimensionen und Kontinua. Beiträge zu Hansjakob Seilers Universalienforschung*. Bochum: N. Brockmeyer (Diversitas Linguarum, 4); 147-165.

- Lehmann, Christian 2008ff, *La lengua maya de Yucatán*. <http://www.christianlehmann.eu/ling/sprachen/maya/index.php>.
- Moura Neves, Maria Helena de 2011, *Gramática de uso do português*. São Paulo: Ed. UNESP. 2ª ed.
- Roget, Peter M. 1852, *Thesaurus of English words and phrases, classified and arranged so as to facilitate the expression of ideas and assist in literary composition*. London etc.: Longmans, Green & Co.
- Seiler, Hansjakob 2000, *Language universals research. A synthesis*. Tübingen: G. Narr (Language Universals Series, 8).